

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.412.936 - SP (2018/0325427-7)**

**RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**AGRAVANTE : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PROCURADOR : LAURO TÉRCIO BEZERRA CÂMARA E OUTRO(S) - SP335563**  
**AGRAVADO : FELIZARDA DE LOURDES PIRES GOMES**  
**ADVOGADOS : FRANZ ARTUR WILFER DIAS E OUTRO(S) - SP091322**  
**DANIELLA DI CUNTO ALONSO MUNHOZ - SP138089**  
**INTERES. : CENTRO DO PROFESSORADO PAULISTA**  
**ADVOGADO : DANIELLA DI CUNTO ALONSO MUNHOZ E OUTRO(S) -**  
**SP138089**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. VIOLAÇÃO AO ART. 25 DA LEI Nº 12.016/09 E ART. 1º-D DA LEI Nº 9.494/97. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA Nº 211/STJ. OFENSA AO ART. 20, §§ 3º E 4º, DO CPC/1973. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REDUÇÃO. INVIABILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

**DECISÃO**

Trata-se de agravo em recurso especial interposto pela Fazenda do Estado de São Paulo em face de decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que negou admissibilidade a recurso contra acórdão assim ementado (e-STJ fl. 99):

AGRAVO DE INSTRUMENTO - Execução Mandado de segurança coletivo - Execução individual proposta pela interessada, em razão da inércia do Poder Público em cumprir voluntariamente a obrigação de fazer - Cabimento dos honorários advocatícios, em face da Fazenda Pública, nas execuções individuais de sentença proferida em ações coletivas - Inteligência da Súmula 345, do STJ.

Decisão mantida.

Recurso negado.

Opostos embargos de declaração, foram eles rejeitados nos termos do acórdão juntado às e-STJ fls. 110/114.

Nas razões do recurso especial, interposto com base no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, o recorrente alega:

a) violação ao art. 25 da Lei nº 12.016/09, ao argumento de que não seria cabível a fixação de honorários advocatícios na execução individual de sentença proferida em mandado de segurança coletivo, tendo em vista que nessa ação não há sucumbência (Súmulas 512/STF e 105/STJ) e que referida imunidade sucumbencial alcançaria todas as fases do writ, inclusive a apuração de valores devidos, razão pela qual não seria aplicável ao presente caso a Súmula nº 345/STJ, editada em momento anterior à Lei nº 12.016/09, cujas regras especiais prevalecem sobre as normas gerais;

b) ofensa ao art. 1º-D da Lei nº 9.494/97, sustentando que seria inviável a

fixação de honorários advocatícios em face da Fazenda Pública nas execuções não embargadas;

c) violação ao art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC/1973, aduzindo que o arbitramento de 10% a título de honorários advocatícios seria desproporcional ante a natureza e a complexidade da presente execução.

Contrarrrazões ao recurso especial apresentadas às e-STJ fls. 132/138.

Decisão de inadmissibilidade proferida às e-STJ fls. 150/151.

Nas razões do agravo, o agravante impugnou os fundamentos da decisão de inadmissibilidade.

Contraminuta ao agravo apresentada às e-STJ fls. 160/162.

É o relatório. Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso de agravo atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Preenchidos os pressupostos recursais do agravo e tendo o agravante impugnado os fundamentos da decisão agravada, passo ao exame do recurso especial.

No que tange à suposta ofensa ao art. 25 da Lei nº 12.016/09, bem como ao art. 1º-D da Lei nº 9.494/97, verifica-se que o Tribunal de origem não enfrentou referidas matérias, mesmo após a oposição dos embargos de declaração, o que atrai a incidência da Súmula nº 211/STJ: "Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal a quo."

Nesse sentido os seguintes julgados desta Corte Superior:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. DELEGADO DE POLÍCIA. EXERCÍCIO FUNCIONAL COMO DIRETOR DE CADEIA PÚBLICA. DESVIO DE FUNÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. INDENIZAÇÃO AFASTADA PELA CORTE DE ORIGEM. VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVOS LEGAIS FEDERAIS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 211 DO STJ. CONTROVÉRSIA ENFRENTADA COM BASE EM LEI LOCAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 280 DO STF.

1. Extraí-se do acórdão recorrido que os dispositivos legais apontados como violados e as matérias a eles correlatas não foram objeto de apreciação pelo Tribunal de origem, nem sequer implicitamente. Desse modo, carece o tema do indispensável prequestionamento viabilizador do recurso especial, razão pela qual não merece ser apreciado. Aplicação do óbice fundado na Súmula 211 do STJ.

2. Na via especial, não cabe a análise de tese recursal que demande a interpretação de legislação local, ante o impeditivo descrito na Súmula 280/STF.

3. No caso, as razões declinadas no aresto recorrido demonstram que o Tribunal de origem utilizou a Lei n. 5.406/1969 (Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais) para decidir a lide. Tal circunstância torna inviável o acolhimento do recurso especial, consoante a aplicação analógica do enunciado n. 280 constante da Súmula do STF, que dispõe: "Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário."

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1665746/MG, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 18/12/2018)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ANISTIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ALEGADA AFRONTA AOS ARTS. 398 DO CÓDIGO CIVIL DE 2002 E 962 DO CÓDIGO CIVIL DE 1916. TESE RECURSAL NÃO PREQUESTIONADA. SÚMULA 211 DO STJ. PRETENDIDA REDUÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno ajuizado contra decisão publicada em 24/08/2018, que julgara Recurso Especial interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/2015.

II. Na origem, trata-se de Ação Indenizatória, ajuizada pela parte ora agravante, com o objetivo de obter a condenação da União ao pagamento de indenização por danos morais, em decorrência de perseguição política durante o período militar. Julgada procedente a demanda, recorrem autor e ré, tendo havido o parcial provimento da remessa oficial e a negativa de provimento às Apelações da União e do autor.

III. O Recurso Especial é manifestamente inadmissível, por falta de prequestionamento, no que tange à tese recursal de violação aos arts. 398 do Código Civil de 2002 e 962 do Código Civil de 1916, pois não foi ela objeto de discussão, nas instâncias ordinárias, sequer implicitamente, razão pela qual não há como afastar o óbice da Súmula 211/STJ.

IV. Não havendo sido apreciada a questão suscitada nas razões da Apelação, mesmo após a oposição dos Embargos Declaratórios, a parte recorrente deveria vincular a interposição do Recurso Especial à violação ao art. 1.022 do CPC/2015 e, não, aos dispositivos apontados como violados, mas não apreciados, tal como ocorreu, na espécie. Precedentes do STJ.

V. No que tange ao quantum indenizatório, "a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que a revisão dos valores fixados a título de danos morais somente é possível quando exorbitante ou insignificante, em flagrante violação aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que não é o caso dos autos. A verificação da razoabilidade do quantum indenizatório esbarra no óbice da Súmula 7/STJ" (STJ, AgInt no AREsp 927.090/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 08/11/2016). No caso, o Tribunal a quo, em vista das circunstâncias fáticas do caso, manteve o quantum, fixado pela sentença, a título de indenização por danos morais, em R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), observando os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, não se mostrando ele irrisório, ante o quadro fático delineado no acórdão de origem.

VI. Agravo interno improvido.

(AgInt no REsp 1759122/PR, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 19/12/2018)

PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. ENUNCIADO 211 DO STJ. PRESCRIÇÃO. REEXAME NECESSÁRIO. QUESTÃO VENTILADA NA CONTESTAÇÃO E NA APELAÇÃO.

1. A matéria em debate diz respeito à possibilidade de o Tribunal apreciar questão supostamente nova, favorável à Fazenda, em reexame necessário, sem determinar manifestação das partes, nos termos do art. 10 do CPC/2015.

2. A irresignação não merece prosperar, uma vez que o Tribunal de origem não emitiu juízo de valor sobre os dispositivos legais cuja ofensa se aduz. O

Superior Tribunal de Justiça entende ser inviável o conhecimento do Recurso Especial quando os artigos tidos por violados não foram analisados pelo Tribunal a quo, a despeito da oposição de Embargos de Declaração, haja vista a ausência do requisito do prequestionamento. Incide, na espécie, a Súmula 211/STJ.

3. A prescrição não pode ser reputada como questão propriamente nova. Já na contestação, o DAR/RS asseverou: "estão prescritos os créditos vencidos há mais de 5 (cinco) anos contados da data da propositura da ação, ou seja, vencidos antes do dia 8 de setembro de 2010, por força do prazo quinquenal previsto pelo art. 1º do Decreto nº 20.910". Assim, a Corte a quo assentou que "o ilustre magistrado deixou de apreciar a prescrição alegada pelo DAER em contestação, ponto fundamental da defesa". A prescrição também foi trazida no recurso de Apelação: "Neste particular, o precedente na AC 70067473777 impõe nulidade por força do inc. V do § 1º do art. 489 do CPC, até porque no caso, é inespecífico, especialmente por não tratar de prescrição".

4. Não sendo possível considerá-la questão nova, o Tribunal está autorizado a examiná-la. Lição da doutrina que "mesmo sendo parcial o recurso da Fazenda Pública, a remessa obrigatória será total".

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1737860/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 19/12/2018)

Ademais, importante destacar que o recorrente não alegou, nas razões do recurso especial, ofensa ao art. 535 do CPC/1973, sendo inviável analisar eventual negativa de prestação jurisdicional por parte do Tribunal de origem quando do julgamento dos embargos de declaração.

Por fim, quanto a alegada ofensa ao art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC/1973, nota-se que Tribunal de origem manteve a condenação do recorrente em 10% do valor exequendo por entender que referida quantia seria adequada com base nos critérios previstos em referidos dispositivos. Destaca-se o seguinte trecho do voto condutor do acórdão recorrido (e-STJ fl. 102):

Afastada também a pretensão subsidiária quanto a redução dos honorários advocatícios fixados em 10%, posto que fixados em conformidade com o art. 20 § 3º e 4º do CPC.

Rever tal entendimento demanda, necessariamente, amplo reexame da matéria fático-probatória, procedimento inviável em sede de recurso especial, ante o óbice previsto na Súmula nº 7/STJ. Nesse sentido os seguintes julgados desta Corte Superior:

PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ALEGAÇÃO DE VALOR IRRISÓRIO. PEDIDO DE MAJORAÇÃO. CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. ALÍNEA "C". NÃO DEMONSTRAÇÃO DA DIVERGÊNCIA.

1. O julgado proferido na origem foi publicado na vigência do CPC/1973, razão pela qual os requisitos de admissibilidade do apelo nobre devem seguir a sistemática processual correspondente, nos termos do Enunciado Administrativo 2/STJ.

2. O acórdão recorrido consignou: "No que tange aos honorários advocatícios, a sentença merece pequeno retoque. Deveras, o §4º do artigo

20 do Código de Processo Civil, aplicável à hipótese, faculta ao magistrado a apreciação equitativa da verba devida, desde que atendidas as normas das alíneas 'a', 'b' e 'c', do §3º do já citado artigo. Para a fixação desse montante deve ser levado em conta o grau de zelo do profissional, o lugar da prestação do serviço e a natureza e importância da causa, bem como o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço. (...) E, no caso em apreço, constata-se que a verba honorária foi arbitrada pelo julgador sentenciante em valor elevado, considerando as circunstâncias peculiares da ação. E levando-se em conta que os honorários advocatícios devem ser estabelecidos mediante critérios de livre convencimento, coadunando-se com a atividade realmente desempenhada pelo patrono da vencedora, fixo-os no valor de R\$ 3.000,00" (fls. 703-704, e-STJ).

3. O Superior Tribunal de Justiça pacificou a orientação de que o quantum da verba honorária, em razão da sucumbência processual, está sujeito a critérios de valoração previstos na lei processual, e sua fixação é ato próprio dos juízos das instâncias ordinárias, às quais competem a cognição e a consideração das situações de natureza fática.

4. A fixação da verba honorária consoante o art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC/1973 deve levar em consideração o efetivo trabalho que o advogado teve na causa, seu zelo, o lugar da prestação, a natureza e importância da causa, tudo consoante apreciação equitativa do juiz não restrita aos limites percentuais de 10% e 20%, e não aquilo que com ela o advogado espera receber em razão do valor da causa.

5. O STJ atua na revisão da verba honorária somente quando esta tratar de valor irrisório ou exorbitante, o que não se configura neste caso.

Assim, o reexame das razões de fato que conduziram a Corte de origem a tais conclusões significa usurpação da competência das instâncias ordinárias e implica reavaliação da matéria fático-probatória, o que é obstado ao STJ, conforme determina sua Súmula 7.

6. A divergência jurisprudencial deve ser comprovada, cabendo a quem recorre demonstrar as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, com indicação da similitude fática e jurídica entre eles. Indispensável a transcrição de trechos do relatório e do voto dos acórdãos recorrido e paradigma, realizando-se o cotejo analítico entre ambos, com o intuito de bem caracterizar a interpretação legal divergente. O desrespeito a esses requisitos legais e regimentais (art. 541, parágrafo único, do CPC/1973 e art.

255 do RI/STJ) impede o conhecimento do Recurso Especial, com base na alínea "c" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal.

7. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1724809/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/04/2018, DJe 22/05/2018)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO À SAÚDE. ASTREINTES. REDUÇÃO DO VALOR. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 211/STJ. RAZÕES DO AGRAVO QUE NÃO IMPUGNAM, ESPECIFICAMENTE, A DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182/STJ. ALEGADA OFENSA AO ART. 535 DO CPC/73. INOVAÇÃO RECURSAL, EM SEDE DE AGRAVO INTERNO. NÃO CABIMENTO. SÚMULA 182/STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 20, § 3º, DO CPC/73. PEDIDO DE MAJORAÇÃO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM QUE NÃO FORAM DELINEADAS, CONCRETAMENTE, TODAS AS CIRCUNSTÂNCIAS A QUE SE REFEREM AS ALÍNEAS DO § 3º

DO ART. 20 DO CPC/73. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO PARCIALMENTE CONHECIDO, E, NESSA PARTE, IMPROVIDO.

I. Agravo interno aviado contra decisão publicada em 09/03/2017, que julgara recurso interposto contra decisum publicado na vigência do CPC/73.

II. Trata-se, na origem, de ação de obrigação de fazer, proposta pela parte ora agravada em face do Estado de Pernambuco, objetivando o fornecimento do tratamento médico necessário ao combate da doença que a acomete.

III. Interposto Agravo interno com razões que não impugnam, especificamente, os fundamentos da decisão agravada - mormente quanto à incidência da Súmula 211/STJ, aplicada em face da alegação de desproporcionalidade do valor fixado a título de astreintes -, não prospera o inconformismo, quanto ao ponto, em face da Súmula 182 desta Corte.

IV. No presente Agravo interno, a parte agravante suscita tese de violação ao art. 535 do CPC/73, que não foi objeto das razões do Recurso Especial, tratando-se, portanto, de indevida inovação recursal, em sede de Agravo interno, que não merece ser conhecida, na forma da jurisprudência.

V. Em princípio, descabe ao STJ, à luz do CPC/73, revisar valores de sucumbência fixados nas instâncias ordinárias, pois eles são arbitrados em consideração àquilo que se desenvolveu no processo e mediante juízo de equidade, circunstâncias que não podem ser reavaliadas nesta Corte, nos termos da Súmula 7/STJ. Em situações excepcionalíssimas, o STJ afasta a Súmula 7, para exercer juízo de valor sobre o quantum fixado a título de honorários advocatícios, com vistas a decidir se são eles irrisórios ou exorbitantes. Para isso, indispensável, todavia, que tenham sido delineadas concretamente, no acórdão recorrido, as circunstâncias a que se referem as alíneas do § 3º do art. 20 do CPC/73. Precedentes do STJ.

VI. No presente Recurso Especial, a parte recorrente pretende revisitar os fatos processuais, para aquilatar os parâmetros previstos nas alíneas a, b e c do § 3º do art. 20 do CPC/73, sem que, na instância de origem, tenham sido delineadas todas as circunstâncias fáticas específicas, que justificaram a fixação dos honorários de advogado. Tal contexto não autoriza a majoração de honorários pretendida, de maneira que não há como acolher a pretensão dos agravantes, incidindo, efetivamente, na espécie, a Súmula 7/STJ, inviabilizando o conhecimento do Recurso Especial pelas alíneas a e c do permissivo constitucional. Precedentes do STJ (AgRg no REsp 1.512.353/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 17/09/2015).

VII. Agravo interno parcialmente conhecido, e, nessa parte, improvido. (AgInt no AREsp 1027934/PE, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/08/2017, DJe 24/08/2017)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator

